



Número: **0048360-65.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 25ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANIEL DUARTE PEREIRA DA SILVA (AUTOR)		DIVANETE MARIA ALMEIDA DA SILVA (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
49372600	16/08/2019 08:14	Petição Inicial	Petição Inicial
49372602	16/08/2019 08:14	IDENTIFICAÇÃO	Documento de Identificação
49372603	16/08/2019 08:14	PROCURAÇÃO	Procuração
49372604	16/08/2019 08:14	INICIAL	Petição em PDF
49372605	16/08/2019 08:14	BO	Documento de Comprovação
49372606	16/08/2019 08:14	DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-1-2	Documento de Comprovação
49372607	16/08/2019 08:14	DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-2-2	Documento de Comprovação
49372608	16/08/2019 08:14	DECLARAÇÃO DE POBREZA	Outros (Documento)
49372609	16/08/2019 08:14	DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA	Outros (Documento)
49427818	16/08/2019 18:54	Despacho	Despacho
49485426	19/08/2019 14:42	Intimação	Intimação
49516621	19/08/2019 23:21	Petição	Petição
49516622	19/08/2019 23:21	SINISTRO DPVAT	Documento de Comprovação
49977391	28/08/2019 17:08	Despacho	Despacho
50242523	03/09/2019 14:53	Intimação	Intimação
50243487	03/09/2019 16:09	Carta	Carta
50243523	03/09/2019 16:09	Carta	Carta

petição inicial



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **8.515.446** DATA DE EXPEDIÇÃO **02/05/2017**

NOME **<< DANIEL DUARTE PEREIRA DA SILVA >>**

FILIAÇÃO **<< DANIEL DUARTE DA SILVA >>**
<< MERIDIANA PEREIRA DO ESPIRITO SANTO SILVA >>

DATA DE NASCIMENTO **26/08/1994**

RECIFE - PE

DOC. ORDEM **<< CN 673 L 1A F 216V CART 11º DIST**
RECIFE-PE 02.09.1994 >>

CPT **706.052.984-59**

Ass. Patrícia C. ...
 ... - Gerente

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

217223680805141924.7432581 F-76 148.951 - 4322

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
706.052.984-59

Nome
DANIEL DUARTE PEREIRA DA SILVA

Nascimento
26/08/1994

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

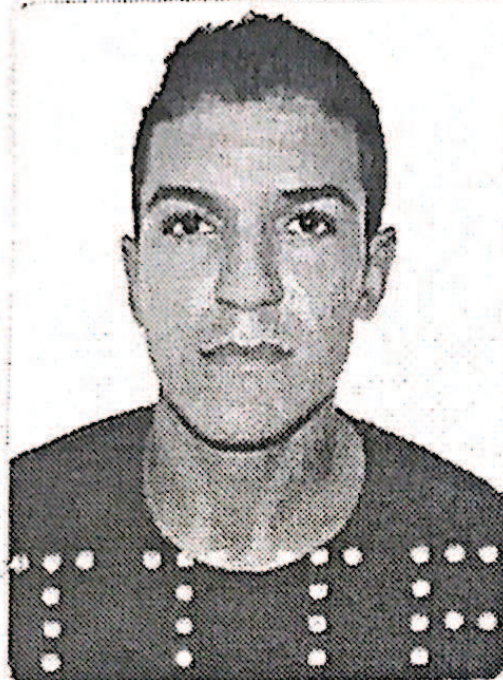
Scanned with CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EC-2

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL



Samuel Duarte Pereira da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Scanned with CamScanner



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: DANIEL DUARTE PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG 8.515.446 SDS/PE, inscrito no CPF sob o n.º 706.052.984-59, residente na Rua Sete de Setembro, n.º.28, Loteamento Planalto, CEP.: 53550-045– Cidade: Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

OUTORGADOS: CARLA ROCHA LEMOS, brasileira, solteira, advogada, OAB/PE 27.103 D e DIVANETE MARIA ALMEIDA DA SILVA, brasileira, solteira, advogada, OAB/PE 34.040, ambas com endereço profissional à Avenida Conde da Boa Vista, n.º. 50, sala 909, Boa Vista, Recife-PE, CEP 50060-004.

PODERES: O OUTORGANTE confere aos outorgados poderes da cláusula *ADJUDICIA ET EXTRA* para representá-lo perante qualquer Juízo ou Tribunal, podendo apresentar declarações, queixa, assinar, requerer, transigir, desistir, firmar e prestar compromisso, requerer, receber e levantar alvarás judiciais, substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

Recife/PE, 13 de Agosto de 2019.


OUTORGANTE



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE**

PRELIMINARMENTE

Dos benefícios da justiça gratuita

Antes de adentrarmos no mérito da lide, o autor requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita, tendo em vista que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais, sem que ocasione prejuízo para o sustento de sua família.

DANIEL DUARTE PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG 8.515.446 SDS/PE, inscrito no CPF sob o n.º 706.052.984-59, residente na Rua Sete de Setembro, nº28, Loteamento Planalto, CEP.: 53550-045, Abreu e Lima-PE, sem endereço eletrônico, por suas advogadas abaixo instrumento procuratório anexo, **CARLA ROCHA LEMOS**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PE sob n.º. 27.103, endereço eletrônico carlarlemos@yahoo.com.br e **DIVANETE MARIA ALMEIDA DA SILVA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PE sob n.º. 34.040, endereço eletrônico divanetealmeida@gmail.com, ambas com escritório Rua Conde da Boa Vista 50, 9º andar, sala 909 – Boa Vista -CEP.: 50.060-004, onde recebem intimações e notificações, vêm, com fulcro no artigo 5º, incisos V e X de CRFB/88, Decreto-Lei n.º. 73 de 21 de novembro de 1996 regulamentado pelo Decreto n.º. 61.867 de 7 de dezembro de 1967, art. 3º “b” e art. 5º, ambos da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, modificado pela lei 11.482 de 31/05/2007 c/c AO ARTS 98, 319 e seguintes do Novo Código de Processo Civil , para PROPOR:

**AÇÃO DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA
NA GARANTIA INVALIDEZ PERMANENTE DO DPVAT**



Pelo Rito Sumário, em face da

MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº61.074.175/0001-38, sediada na Avenida Governador Agamenon Magalhães, nº3855, Boa Vista, Recife – PE, CEP: 50070-160 e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com representação na Rua Senador Dantas, n.º 74, andar 5º e 6º - CEP.: 20.031-205 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 09.248.608/0001-04 onde deverá ser citado por **via postal com AR** na pessoa do seu representante legal, pelas razões de fatos e fundamentos aqui presentes

I - DOS FATOS

A **PARTE AUTORA** foi vítima de acidente de trânsito em **17/06/2018**. O fato foi registrado pela autoridade policial da circunscrição do acidente.

Em consequência do acidente sobrevieram sequelas permanentes com perda da capacidade física que resultou em sua **INVALIDEZ PERMANENTE**.

A AUTORA acionou, administrativamente, a requerida para o recebimento da indenização decorrente do SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

INSTRUIU O PLEITO INDENIZATÓRIO com a documentação exigida no diploma legal vigente. (documentação em poder da seguradora RÉ).

A DEMANDADA, ATRAVÉS DE EQUIPE CONTRATADA submeteu a AUTORA À PERÍCIA MÉDICA.

De acordo com o artigo 5º, § 1º da Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974 alterada pela Lei 11.495 de 04 de junho de 2009, *in verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei 11.482, de 2007).



II – DO DIREITO

A requerida através da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, não efetuou o pagamento da indenização reclamada.

A seguradora Ré, mesmo de posse de farta documentação médica, em flagrante desobediência legal ESTABELECE O QUANTUM INDENIZATÓRIO em valores inferiores ao contido na Tabela de Danos Pessoais inserida na Lei 11.945 de 04 de junho de 2009.

III - DO NÃO PAGAMENTO REALIZADO AO AUTOR.

A RÉ ignorou, por completo, o estado físico da parte Autora, a qual, após o acidente apresentou **INDISCUTÍVEL PERDA E INCAPACIDADE FUNCIONAL**.

- A perda ou diminuição de qualquer segmento do corpo humano, determina a redução ou perda da funcionalidade da parte afetada. O corpo humano é um todo disciplinado e, a ausência de um órgão ou perda de uma função acarreta uma demanda de maior esforço na realização de qualquer função FÍSICA OU MENTAL.

A requerida, aproveitando a falta de esclarecimento da beneficiária, pessoa humilde e sem condição financeira, lesionou seu direito, se proporcionando enriquecimento ilícito além, de inestimáveis prejuízos à requerente.

IV - CÁLCULO DA DIFERENÇA DEVIDA

A legislação vigente tem inserida em seu contexto a Tabela de Danos Pessoais que estabelece o percentual a ser aplicado sobre o teto indenizável observada a lesão permanente resultante do acidente de trânsito.

A parte autora sofreu TRAUMA TORÁCICO, com pneumotórax à direita, sendo submetido a drenagem e LESÃO NA ESTRUTURA CRÂNIO-FACIAL, devido a fratura do C20 (em Zigoma).

De acordo com as lesões apontadas pelo LAUDO MÉDICO, classificadas conforme a Tabela inserida na Lei, o percentual devido é de **100%** aplicados sobre a I.S - importância segurada, ou seja:

CÁLCULO COM O VALOR DE INDENIZAÇÃO VIGENTE:

R\$ 13.500,00
(Treze mil e quinhentos reais)



A Parte Autora sofreu lesões permanentes como já descrevemos oportunamente. O que se pleiteia é o valor devido por medida de justiça, devendo ser acrescidas as incidências legais pela aplicação do IGPM.

V - DAS PROVAS

Requer a especial valoração das provas DOCUMENTAIS anexadas aos autos, atentando-se para o recibo de pagamento parcial da indenização, que comprova o fato constitutivo do direito do ora peticionário.

VI - DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, é a presente para requerer a V. Exa.:

- I –** A concessão de benefícios da Justiça Gratuita, com base na Lei 13.105/15, em seu artigo 98 e ss., no que se refere ao modo de pedir e a prova da condição de necessidade, por tratar o requerente de pessoa sem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, pois se encontra com sérias dificuldades financeiras em razão dos fatos narrados na presente peça. Em consequência, requer a nomeação deste subscritor como assistente Judiciário;
- II -** A citação da ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo, comparecer a audiência prevista no art. 246, I, do Novo Código de Processo Civil, a ser designada por V. Exa., sob pena de não o fazendo, serem reputados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora, face à sua revelia;
- III- A** parte autora opta pela não designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. 319, VII do NCPC;
- IV -** A inversão do ÔNUS DA PROVA, em face da inquestionável hipossuficiência da parte autora, e pelo fato da retenção dos documentos apresentados à requerida, quando do pleito administrativo requerido pela parte autora.
- V -** A condenação da ré, no pagamento da complementação do valor da Indenização por INVALIDEZ PERMANENTE, correspondente a **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**, acrescida de correção monetária e juros legais.
- VI -** A condenação da ré, nas custas judiciais e honorários advocatícios, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação.



VII – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).**

VIII - DO ARTIGO 319 DO CPC

Dispõe o artigo 319 do Código de Processo Civil que na exordial pelo rito sumário a parte autora apresentará o rol de testemunhas e, se requer perícia formulará quesitos podendo indicar assistente técnico. O pedido referente à complementação do seguro DPVAT, sendo assim desnecessária a indicação de testemunhas.

Quanto à perícia, caso Vossa Excelência entenda necessária a sua realização, segue o rol de quesitos.

QUESITOS:

- 1 – Queira o ilustre perito informar se a lesão sofrida tem nexos com o acidente.
- 2 – Da ofensa à integridade corporal ou à saúde do periciando resultou: debilidade permanente de membro, sentido ou função?
- 3- Qual o grau de incapacidade funcional apresentado pelo periciando?

Termos em que
Pede deferimento.

Recife, 16 de Agosto de 2019.

CARLA ROCHA LEMOS
OAB/PE 27.103

DIVANETE MARIA ALMEIDA DA SILVA
OAB-PE 34.040

